ATA DA 176ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA ANUAL Nº 07/2026

Data: 28 de julho de 2026

Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinco minutos, realizou-se, nas dependências da Paranaguá Previdência, a 176ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Órgão Gestor do Regime Próprio de Previdência Social do Município, com a presença dos conselheiros Paulo Charbub Farah, Janete Isabel Passos e Sonia Regina de Araújo, representantes do Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá; Bruno Alves Cunha de Oliveira e Leão Salomão Neto, representantes do Poder Executivo; e Thaís Andressa de Leão, representante do Poder Legislativo. Também participaram da reunião o Diretor-Presidente, Ali El Kadri, e a Diretora Administrativa Luciana Martins Camargo. Dando início aos trabalhos, a Diretora Administrativa, Luciana Martins Camargo, procedeu à leitura do Parecer encaminhado pelo Conselho Fiscal, contendo apontamentos e informações relativas à gestão administrativa, financeira, previdenciária e de investimentos da Paranaguá Previdência. No que se refere à carteira de investimentos, foi informado que, no mês de junho de 2026, foi apurado resultado financeiro positivo no montante de R$ 7.821.385,79 (sete milhões, oitocentos e vinte e um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e nove centavos), correspondendo a uma rentabilidade acumulada de 5,88% no exercício. Considerando a meta atuarial projetada de 10,90%, registrou-se uma diferença de aproximadamente 5,01 em relação à meta a ser alcançada até o encerramento do exercício. A carteira era composta por 72 fundos de investimento, dos quais 54 apresentaram rentabilidade positiva e 18 apresentaram rentabilidade negativa no período analisado. Foi esclarecido que os resultados negativos se concentraram, principalmente, nos investimentos vinculados à renda variável, em razão da volatilidade observada no mercado acionário e do comportamento do índice Ibovespa, influenciado por fatores econômicos nacionais e internacionais, bem como pelo cenário político e pelas expectativas relacionadas ao período eleitoral. Foi registrado, ainda, o recebimento de R$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais) a título de dividendos. Quanto à movimentação financeira, informou-se que não houve aporte em novos fundos de investimento no período. Os recursos recebidos foram direcionados para fundos de títulos públicos já integrantes da carteira, observando-se os limites e critérios estabelecidos pela regulamentação aplicável e pela política de investimentos vigente. Foram apresentados esclarecimentos sobre o acompanhamento dos fundos estressados Care 11 e Osasco. No Care 11, consta no parecer que o Comitê de Investimentos analisou alternativas para a situação do fundo, incluindo sua liquidação dos ativos, ainda sem decisão definitiva. No Fundo Osasco, a assembleia foi suspensa e o caso segue em acompanhamento, incluindo visita técnica ao imóvel, que apresentou potencial de valorização, mas também necessidade de investimentos e desafios financeiros. O diretor presidente Ali EL Kadri informou que há um cronograma de providências, embora algumas etapas estejam atrasadas por dependerem de terceiros. Também estão sendo avaliadas medidas administrativas e judiciais, inclusive eventual ação contra os administradores do fundo. Em resposta a questionamentos do Tribunal de Contas, foi protocolado processo administrativo, cujos esclarecimentos já foram prestados e permanecem em

acompanhamento. Sobre o fundo Guepardo, a Diretora Administrativa abriu espaço para manifestações e questionamentos dos membros do Conselho acerca da carteira de investimentos. O Conselheiro Paulo Charbub Farah solicitou esclarecimentos especificamente quanto ao desempenho do Fundo Guepardo. Em resposta, foi informado que o fundo apresentou resultado negativo no mês de junho, comportamento associado à sua exposição à renda variável e à volatilidade do mercado no período. Ressaltou-se, entretanto, que, considerando o acumulado dos últimos 12 meses, o fundo apresentou rentabilidade positiva de aproximadamente 12,60%. Também foi mencionado que o Ibovespa apresentou retração no período, embora permanecesse com resultado acumulado positivo nos últimos 12 meses. Na análise comparativa dos desempenhos, foi destacado o RB Capital Renda Fixa como um dos fundos de melhor desempenho no mês. Por outro lado, fundos relacionados ao Ibovespa e determinados fundos de alocação em ETFs apresentaram resultado negativo no período. Contudo, alguns desses fundos apresentaram rentabilidade acumulada superior a 20% nos últimos 12 meses, razão pela qual foi ressaltada a importância de considerar o desempenho histórico e o horizonte de investimento. A Diretora Administrativa informou, ainda, que não houve ingresso de novos fundos nem movimentação significativa da carteira no período, permanecendo o acompanhamento dos investimentos até a implementação das medidas relacionadas à gestão e ao Pró-Gestão RPPS. Na sequência, foram apresentadas as despesas referentes ao mês de junho de 2026, abrangendo gastos com pessoal, serviços de terceiros, tecnologia da informação, auxílio-alimentação, materiais de consumo, manutenção e demais despesas operacionais. A taxa de administração totalizou R$ 479.420,16 (quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte mil e dezesseis reais), registrando redução em relação aos meses anteriores. Quanto aos benefícios previdenciários, foram apresentados os pagamentos do Plano Previdenciário, totalizando aproximadamente R$ 1.977.000,00 (um milhão, novecentos e setenta e sete mil reais), e do Plano Financeiro, no montante aproximado de R$ 2.393.000,00 (dois milhões, trezentos e noventa e três mil reais), destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões. Registrou-se, ainda, o recebimento de R$ 9.629,00 (nove mil, seiscentos e vinte e nove reais) referente à compensação previdenciária entre regimes. Foram também apresentados os gastos com materiais de consumo, serviços especializados, consultorias, sistemas de tecnologia, serviços atuariais, manutenção e demais despesas necessárias ao funcionamento da Paranaguá Previdência, não sendo identificadas despesas extraordinárias relevantes no período. Referente aos serviços de Tecnologia da Informação**,** foram apresentadas as despesas com sistemas de folha de pagamento, manutenção de equipamentos, impressoras, gestão pública, sítio eletrônico e internet, totalizando aproximadamente R$ 37.088,00 (trinta e sete mil e oitenta e oito reais) no período. Foi informado que o contrato com a IPM permanece vigente até 3 de outubro de 2026 (três de outubro de dois mil e vinte e seis)**,** estando em andamento a implantação do sistema da Publitech**,** com previsão de migração gradual dos dados. A transição ocorrerá inicialmente de forma paralela, visando assegurar a continuidade dos serviços, a validação das informações e a regularidade dos procedimentos contábeis e administrativos antes da descontinuidade do sistema atualmente utilizado. Quanto às concessões previdenciárias, foi informado que, no período, foram concedidas 10 aposentadorias, sendo 09 vinculadas ao Fundo Previdenciário e 01 ao Fundo Financeiro. Registraram-se, ainda, 03 óbitos, sendo 02 de servidores ativos e 01 de aposentada. Até o momento, não havia pedidos de pensão decorrentes dos óbitos dos servidores ativos, permanecendo um pedido de pensão em andamento junto ao Fundo Financeiro. Foram destacadas as providências relativas à contratação de software de automação financeira, perícia médica, manutenção de equipamentos de ar-condicionado, serviços jurídicos especializados,

manutenção de portas de vidro, aquisição de equipamentos e materiais de informática e expediente, serviços de limpeza e locação de veículo. Alguns processos foram reestruturados ou revogados para adequação das especificações técnicas e demais requisitos. A contratação de agente de integração de estágios encontrava-se com edital publicado e em fase de prosseguimento do certame. O processo de manutenção e reparo de calhas também estava com edital publicado e em execução. Quanto às camisetas destinadas ao evento institucional, foi informado que o material já havia sido entregue, permanecendo disponível aos servidores interessados, embora a Paranaguá Previdência não participasse mais do desfile. Durante a discussão sobre as licitações, foram destacadas dificuldades operacionais decorrentes do acúmulo das atividades ordinárias dos servidores com as atribuições da Comissão de Licitação, impactando a condução dos procedimentos. Foi informado, ainda, que a Paranaguá Previdência busca, quando juridicamente viável, utilizar adesões a atas e mecanismos de contratação compartilhada com o Município. Nesse contexto, registrou-se a ocorrência envolvendo processo físico encaminhado ao Município em 20 de janeiro de 2026, posteriormente não localizado, tendo sido adotadas providências para sua reconstituição e retomada da tramitação. Os conselheiros ressaltaram a importância dos processos de digitalização, visando garantir maior segurança, rastreabilidade, preservação documental e eficiência na tramitação dos procedimentos. Nos assuntos gerais, foi apresentada aos membros do Conselho a Política de Segurança da Informação – PSI, em sua versão revisada e atualizada. A Diretora Administrativa informou que a versão inicial havia sido anteriormente apresentada e registrada em ata e que, posteriormente, foram recebidas sugestões de aprimoramento, inclusive decorrentes de análise técnica interna, resultando na elaboração da versão 2.0. Foi esclarecido que as alterações realizadas foram devidamente destacadas no documento encaminhado aos conselheiros e que a nova versão será disponibilizada no sítio eletrônico institucional, juntamente com as demais informações de interesse público. Ressaltou-se a importância da divulgação e observância da Política de Segurança da Informação e do Código de Ética, em consonância com as boas práticas de governança e com as diretrizes do Pró-Gestão RPPS. Informou-se, ainda, que será encaminhada comunicação formal ao Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá, para fins de ciência quanto aos referidos documentos. Após a apresentação e análise das alterações promovidas, a Política de Segurança da Informação – versão 2.0 foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes. Na sequência, foi retomado o processo de aposentadoria do servidor Pedro Dantas, tendo sido apresentado relatório da Diretoria de Revisão de Benefícios, elaborado em atendimento à solicitação do Conselho para verificação dos cálculos e da regularidade do processo. Após as revisões decorrentes de adequações legais, determinações do Tribunal de Contas e ajustes técnicos, foram estabelecidos os parâmetros finais de 11.225 dias de contribuição, com proventos mensais de R$ 21.239,48 (vinte e um mil, duzentos e trinta e nove reais e quarenta e oito centavos). Foi informado que o processo ainda não foi encaminhado para homologação pelo Tribunal de Contas em razão de inconsistência cadastral no nome do servidor, cuja correção depende do Poder Executivo. A solicitação de retificação já foi formalizada, permanecendo o processo aguardando a regularização para posterior encaminhamento ao Tribunal. Os membros tomaram ciência das informações apresentadas, não havendo questionamentos adicionais. Quanto ao Censo Previdenciário, o Conselho solicitou informações sobre metodologia, logística, equipe, cronograma, validação e acompanhamento. Foi ressaltada a importância do recadastramento para a atualização da base cadastral e o adequado gerenciamento do RPPS. Informou-se que foi inicialmente avaliada a contratação de empresa especializada, com custo estimado de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), abrangendo a Prefeitura, Câmara Municipal, Cagepar e Paranaguá Previdência. Como

alternativa, a Administração optou pela utilização do sistema já contratado pela Paranaguá Previdência, visando maior eficiência e redução de custos. Foi informado que estão sendo realizados ajustes e validações no sistema, encontrando-se o processo em estágio avançado, com aproximadamente 99,9% de conclusão. Também será estruturada unidade de atendimento na Escola localizada no bairro Ponta do Caju para realização do censo dos servidores ativos. Por fim, informou-se que a empresa Actuary realizará, em agosto de 2026, o treinamento dos operadores e coordenadores responsáveis pela execução do censo. Quanto aos trabalhos da Comissão responsável pela reforma do RPPS, foi informado que o material elaborado foi disponibilizado aos Conselhos Fiscal e Deliberativo para análise, apresentação de sugestões e eventuais ajustes. Os membros solicitaram a realização de reunião conjunta para consolidação das contribuições e conclusão dos trabalhos. O Diretor-Presidente, Ali El Kadri, informou que ainda não havia recebido a documentação completa da Comissão e que a matéria somente será encaminhada aos Conselhos para apreciação após o recebimento e consolidação dos documentos. Foi solicitada, por fim, celeridade na regularização e entrega dos relatórios e demais documentos, visando à conclusão e ao encerramento dos trabalhos da Comissão. Foi registrado que o Conselho Fiscal apresentou ao Conselho Administrativo o parecer referente ao acompanhamento do RPPS do Município, relativo ao mês de junho de 2026. O documento foi disponibilizado aos membros para conhecimento e análise. Considerando que parte da documentação havia sido encaminhada recentemente, inclusive por meio dos canais de comunicação utilizados pelos Conselhos, os membros registraram a necessidade de análise detalhada dos documentos antes da formulação de eventuais manifestações ou questionamentos. Foi informado que os documentos permanecerão disponíveis para consulta e que, havendo necessidade de esclarecimentos adicionais, estes serão formalmente solicitados à Administração. O conselheiro Paulo Charbub Farah questionou sobre o relatório do Controle Interno, necessário ao atendimento das exigências do Pró-Gestão RPPS. Foi informado que o documento ainda não havia sido disponibilizado, em razão de dificuldades na sua elaboração e consolidação. Ficou deliberado que a responsável será formalmente comunicada para apresentação do relatório, preferencialmente até a próxima reunião, possibilitando sua análise e eventual manifestação pelo Conselho. Foi discutida a participação de representantes dos Conselhos em evento relacionado à Previdência, a ser realizado em Fortaleza**.** Para definição dos participantes, foi realizada votação on-line, da qual participaram 05 (cinco) conselheiros**,** tendo sido disponibilizadas 02 (duas) vagas**.** O conselheiro Leão Salomão Neto manifestou não ter interesse em participar. Após a realização do sorteio entre os conselheiros interessados, foram selecionados Janete Isabel Passos e Bruno Alves Cunha de Oliveira para ocuparem as duas vagas disponíveis. Nada mais havendo a tratar, foi determinada a lavratura da presente ata por mim, Ariana Ziesemer, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. A reunião foi encerrada às dez horas e quarenta e cinco minutos.

Paranaguá, 28 de julho de 2026.

Conselho de Administração

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

_____	_____
Paulo Charbub Farah – Presidente Representante do Sindicato	Thais Andressa de Leão – Vice-Presidente Representante do Poder Legislativo
_____	_____
Bruno Alves Cunha de Oliveira Representante do Poder Executivo	Janete Isabel Passos Representante do Sindicato
_____	_____
Leão Salomão Neto Representante do Poder Executivo	Sonia Regina de Araujo Representante do Sindicato
_____	_____
Ali El Kadri Diretor Presidente da Paranaguá Previdência	Luciana Martins Camargo Diretora Administrativa